



Gerit Altmann - Phealey

Pedro Vaz Patto

**D**o legado de Chiara Lubich, de cujo nascimento celebramos este ano o centenário, pode destacar-se o seu apelo a que a fraternidade se torne uma categoria política, realizando, assim, plenamente o mote da Revolução Francesa (*liberdade, igualdade, fraternidade*), pois só a fraternidade permite conciliar as exigências da liberdade e da igualdade (muitas vezes contrapostas).

A fraternidade na política, na economia, no diálogo em geral e em especial no diálogo inter-religioso, é o tema central da encíclica do Papa Francisco *Fratelli Tutti*, certamente um dos mais relevantes documentos do seu pontificado.

Do seu conteúdo, poderemos salientar, antes de mais, o que nela se afirma a respeito do fundamento da fraternidade. «Sem uma abertura ao Pai de todos, não pode haver razões sólidas e estáveis para o apelo à fraternidade» (n. 272).

Dos muitos aspetos nela abordados, podemos destacar o que se relaciona com as relações internacionais.

O apelo à abertura universal da fraternidade confronta-se hoje com o reforço, um pouco por todo o lado, de correntes inspiradas num nacionalismo de exclusão. A encíclica aborda este tema, salientando, por um lado, o fundamento bíblico dessa abertura

e, por outro lado, desfazendo receios de que ela leve à perda das identidades nacionais diante de uma globalização uniformizadora.

Quanto ao fundamento bíblico da abertura à fraternidade que não exclui os estrangeiros, são evocadas passagens do Antigo Testamento e é apresentada a parábola do Bom Samaritano, situando-a no contexto judaico, de forte hostilidade para com os samaritanos: uma forte provocação no sentido da superação de preconceitos e barreiras históricas e culturais (n. 83).

A encíclica salienta como a abertura a outras culturas é enriquecedora para pessoas e povos: «uma pessoa e um povo só são fecundos se souberem criticamente integrar no seu seio a abertura aos outros» (n. 41). A globalização não deve uniformizar e destruir «a riqueza e singularidade de cada pessoa e de cada povo» (n. 100). Mas uma cultura que se fecha pode sofrer de «esclerose»: «uma sã abertura não ameaça a identidade, porque ao enriquecer-se com elementos doutros lugares, uma cultura viva não faz uma cópia nem mera repetição, mas integra as novidades, segundo modalidades próprias», o que provoca «o nascimento de uma nova síntese, que, em última análise, beneficia a todos» (n. 148). Isto é assim porque

nenhum «povo ou cultura pode obter tudo de si mesmo» (n. 150). E, em conclusão: «Toda a cultura saudável é por natureza aberta e acolhedora, não estática» (n. 146).

A esta luz é encarado o fenómeno das migrações, cada vez mais incontornável no mundo de hoje. Mas também numa perspectiva de justiça social, à luz do princípio do destino universal dos bens. Cada nação é co-responsável pelo desenvolvimento de todas as pessoas, o que pode traduzir-se de dois modos, que não se excluem mutuamente: no acolhimento de imigrantes e no contributo para o desenvolvimento dos países de origem destes (n. 125). É verdade que o ideal seria que a emigração não fosse necessária, mas enquanto não houver sérios progressos no sentido do desenvolvimento dos países pobres, há que reconhecer o direito de cada pessoa a encontrar um lugar onde não só possa satisfazer necessidades básicas, mas também realizar-se plenamente como pessoa (n. 129).

Muitos outros aspetos justificam a leitura desta encíclica (acessível em [www.vatican.va](http://www.vatican.va)), na qual podem colher ensinamentos cristãos de várias denominações, fiéis de outras religiões e todas as pessoas que se movem por ideais de fraternidade. ●